

outubro, que no seu artigo 19.º estatui novas atribuições para as ARS, nomeadamente com a integração da execução dos programas de intervenção local do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.;

d) Importa atender à racionalização do número de cargos de direção intermédia de cada estrutura orgânica, atendendo ao objetivo assumido no âmbito do PREMAC no sentido da redução do número de cargos dirigentes;

e) Tendo por base esta nova dinâmica, o Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro, que define a missão e as novas atribuições das Administrações Regionais de Saúde, I. P.;

f) Os novos Estatutos da ARSLVT, I. P., aprovados pela Portaria n.º 161/2012, de 22 de maio, preveem no n.º 2 do seu artigo 1.º que, ao nível da sua organização interna, a mesma passa a ser constituída por cinco Departamentos e um Gabinete Jurídico e do Cidadão;

g) O n.º 3 do artigo 1.º dos referidos Estatutos estatui que, o Conselho Diretivo, por deliberação, pode criar, modificar ou extinguir até quatro unidades orgânicas flexíveis, integradas ou não naqueles departamentos, sendo as respetivas competências definidas nessa deliberação, que será objeto de publicação no *Diário da República*;

h) Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 2.º dos Estatutos as unidades orgânicas flexíveis são dirigidas por coordenadores, cargo de direção intermédia de 2.º grau;

i) Importa agora assegurar a prossecução das atribuições cometidas à ARSLVT, I. P., através da definição dos modelos organizacionais das diferentes Unidades Funcionais da ARSLVT, I. P.;

O Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., delibera o seguinte:

1 — Nos termos do n.º 3 do artigo 1.º dos Estatutos, aprovados pela Portaria n.º 161/2012, de 22 de maio, cria e define as funções da unidade orgânica flexível de farmácia (UOF), a qual assegura a prossecução das seguintes funções:

- Assegurar a assessoria especializada para a farmácia e medicamento;
- Em colaboração com o Departamento de Gestão e Administração Geral, elaboração de propostas de aquisição de medicamentos e outros produtos farmacêuticos, nomeadamente vacinas, derivados de plasma humano, estupefacientes e psicotrópicos, contraceptivos, material de penso, injetáveis, meios de diagnóstico/tiras, antissépticos e desinfetantes e medicamentos de uso geral utilizados nas unidades de saúde dos ACES;
- Gestão de *stocks* de medicamentos e produtos fornecidos;
- Supervisão da receção de medicamentos e controlo das condições do seu armazenamento;
- Supervisão técnica da distribuição e utilização de medicamentos;
- Participação na elaboração de estudos estatísticos de consumos de medicamentos e outros produtos farmacêuticos pelos ACES;
- Elaboração de previsões/estimativas de consumo de medicamentos e outros produtos de saúde;
- Prestação de informação sobre medicamentos e outros produtos farmacêuticos e emissão de pareceres técnicos;
- Colaboração na implementação das Normas e Orientações da DGS e INFARMED;
- Propor os membros da UOF para as Comissões Técnicas, incluindo a Comissão de Farmácia e Terapêutica;
- Colaboração com entidades externas na continuidade de programas terapêuticos e cumprimento de Programas de Saúde;
- Colaboração na revisão do formulário regional de medicamentos e produtos de saúde aprovado pelo Conselho Diretivo, considerando as necessidades identificadas pelos ACES;
- Proceder a avaliação económica de medicamentos e propor a redução de custos devidos a desperdícios;
- Em articulação com o Departamento de Saúde Pública, elaborar, propor e acompanhar a aprovação de turnos de Farmácias, elaborando as informações técnicas para esse efeito;
- Em articulação com o Departamento de Gestão e Administração Geral, apoiar a conferência de faturação de terceiros quanto a farmácias.

2 — A UOF, fica na dependência direta do Conselho diretivo.

3 — A presente deliberação produz efeitos a partir do dia 2.07.2012, e tendo em consideração a entrada em vigor dos Estatutos da ARSLVT, I. P., e nos termos do disposto no artigo 4.º da Portaria n.º 161/2012, de 22 de maio, e artigos 8.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro.

12 de julho de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa Vale do Tejo, I. P., *Dr. Luis Manuel Paiva Gomes Cunha Ribeiro*.

206271436

Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

Despacho n.º 10195/2012

Considerando que a orgânica do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 17/2012, de 26 de janeiro, prevê no artigo 9.º que aos

chefes de equipas multidisciplinares é atribuído um estatuto remuneratório equiparado a chefe de divisão;

Considerando que o número máximo de equipas multidisciplinares foi alvo de fixação através da Portaria n.º 154/2012, de 22 de maio, e que através do Despacho n.º 8816/2012, de 3 de julho, foi constituída a Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional;

Designo a mestre Alcina Marina de Assunção Correia Branco Ló, técnica superior do mapa de pessoal dos Serviços Centrais do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P., como chefe da Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional (EMPECO), dado ser detentora de aptidão e competência técnica para o exercício de tais funções, como decorre da sinopse curricular anexa ao presente despacho.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 29 de maio de 2012.

3 de julho de 2012. — O Diretor-geral, *João Castel-Branco Goulão*.

Sinopse curricular

Alcina Marina de Assunção Correia Branco Ló
DN: 1966.01.18.

Mestre em Sociologia do Trabalho, das Organizações e do Emprego. Tese “Contextos de trabalho e processos de integração de toxicodependentes” (2006);

Licenciada em Gestão de Recursos Humanos e Psicologia do Trabalho (1988/93).

Experiência Profissional (cargos de dirigente)

Responsável de Núcleo de Reinserção do Departamento de Tratamento e Reinserção (2007/12), tendo como missão acompanhar, supervisionar e coordenar a nível nacional as atividades da área de missão da Reinserção do IDT, I. P. Implementou um sistema harmonizado de recolha de dados a nível nacional, da área da reinserção, para o acompanhamento, monitorização e avaliação das intervenções e a caracterização dos utentes das equipas de reinserção; Coordenou grupos técnicos para a produção de orientações técnicas na área de missão da reinserção; Implementou uma “Bolsa de Empregadores”, base de dados nacional de entidades empregadoras parceiras do IDT, I. P., para a integração profissional dos utentes; Perita nacional na revisão do EMCDDA *Structured Questionnaire on Social Reintegration*, a adotar por todos os pontos focais; Representante do IDT, I. P. no grupo técnico de conceção da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem Abrigo, coordenado pelo Instituto de Segurança Social e posteriormente de implementação, por via da participação no Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, no Núcleo Executivo e na Comissão Alargada; Coordenou o Grupo da Reinserção do Plano Nacional para os Problemas Ligados ao Alcool; Integrou o Grupo Técnico do PORI, na conceção do eixo de financiamento de projetos na área da Reinserção; Nomeada presidente de júri de procedimentos concursais para financiamento de projetos, 2012 e 2009 e membro da Comissão de Seleção para os concursos de 2009, no âmbito do PORI; Coordenadora da Subcomissão da Reinserção, no âmbito da Comissão Técnica interministerial, criada no âmbito da Comissão Técnica Interministerial, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 1/2003 de 6 de janeiro, para acompanhamento da execução do Plano Nacional da Droga e Toxicodependência, 2008; Integrou a Subcomissão do Meio Laboral, no mesmo âmbito;

Responsável de Núcleo no Departamento de Apoio às Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência (2004/2007), tendo como missão acompanhar, supervisionar e coordenar o Núcleo de Apoio Técnico no apoio às Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência. As Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência são responsáveis pela aplicação da Lei n.º 30/2000, que sanciona o consumo e a posse para consumo de substâncias ilícitas.

Em 1988 iniciou o percurso profissional na área das dependências, tendo assumido, entre outras, responsabilidades de coordenação de programas de prevenção dirigidos a crianças e jovens, assessora do Alto Comissário para o Projeto Vida, participação em grupos técnicos de avaliação de projetos na área da prevenção e reinserção social, aqui assumindo a coordenação, apoio na implementação de programa de discriminação positiva na contratação de toxicodependentes em tratamento, designadamente o Programa Vida Emprego. Ainda em regime de requisição integrou o Departamento de Proteção Social da Cidadania do ISSS, assumindo responsabilidades na área da toxicodependência, SIDA e Sem-Abrigo.

Formação Profissional.

Curso de Intervenção Sistémica e Familiar (300 horas), 2009 — 2011, Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar. Importa ainda destacar o Curso FORGEP, INA, 2011. (190 horas) e os cursos de formação de formadores (inicial e atualização). É formadora certificada.

No que respeita a publicações destacam-se:

Integração Social e Estratégias de Mediação, 2011, *in* Toxicodependências, Vol. 17 N.º 1, pp. 53-60;

“Social Integration Program and mediation strategies”, publicação de artigo no *site* do International Society for the Study of Drug Policy (ISSDP), no âmbito da Fourth Annual Conference, promovida pela Drug Policy Research Center (RAND), Santa Mónica, Califórnia, março de 2010. <http://www.rand.org/multi/dprc/issdp2010/presentations-oral.html>;

IDT, “Contextos de Trabalho e Processos de Integração de Toxicodependentes”, 2007, Coleção Estudos Instituto da Droga e da Toxicodependência, n.º 3, 141 p.

“Ter uma vida ter um emprego”, 2000, *in* Trabalho e Sociedade n.º 7, pp. 57 — 66.

“Drugs and addiction, Drug-Misusing offenders in prison and after release”, 2000, *in* Conselho da Europa, pp. 103-115.

Gabinete do Alto-comissário para o Projeto VIDA (1995), “Vamos falar sobre drogas — um guia para jovens”.

Gabinete do Alto-comissário para o Projeto VIDA (1994), Folheto informativo dirigido a empresários “Vencer a Toxicodependência na empresa”, encarte na revista EXAME em maio de 1995.

Gabinete do Alto-comissário para o Projeto VIDA (1994), “Vamos falar sobre drogas — um guia para pais”.

Gabinete do Alto-comissário para o Projeto VIDA (1994), Dossier pedagógico “Prevenir a Brincar”; destinado a apoiar o trabalho de técnicos junto de crianças com idades entre os 6 e os 12 anos, no âmbito da prevenção primária das toxicodependências.

206272749

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Secretaria-Geral

Despacho n.º 10196/2012

Com a publicação da Portaria n.º 150/2012, de 16 de maio, que aprovou a estrutura orgânica nuclear da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência, impõe-se, com urgência, proceder à nomeação dos respetivos dirigentes, por forma que seja garantido o normal funcionamento do serviço.

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea *i*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 1.º da Portaria n.º 150/2012, de 16 de maio, dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, verificando-se todos os requisitos legais exigidos, nomeio, em regime de substituição, no cargo de diretor de serviços de Documentação e de Arquivo, o licenciado Miguel Rui Cardoso Pessoa Infante, com efeitos a partir de 25 de junho de 2012.

O nomeado possui o perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objetivos do serviço e é dotado da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respetivo currículo académico e profissional, anexo ao presente despacho.

23/07/2012. — O Secretário-Geral do Ministério da Educação e Ciência, *António Raul da Costa Capaz Coelho*.

ANEXO

Síntese curricular

Dados biográficos:

Nome: Miguel Rui Cardoso Pessoa Infante;

Data de Nascimento: 28-05-1965;

Lugar de origem: Técnico Superior da carreira de Técnico Superior do mapa de pessoal da ex-Secretaria-Geral do Ministério da Economia, do Desenvolvimento e da Inovação, com Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado.

Habilitações académicas e formação complementar:

Pós-Graduação em Ciências Documentais — variante de arquivo pela Faculdade de Letras de Lisboa;

Pós-Graduação em Direito da Sociedade de Informação promovido pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual e a Faculdade de Direito de Lisboa;

Licenciatura em História pela Universidade Autónoma de Lisboa;

Diversos cursos de formação profissional, designadamente nas áreas de arquivística, sociedade da informação e administração pública. Frequentou com aproveitamento o FORGEP e o DGEP.

Experiência profissional:

Desde novembro de 2005 até à presente data era Chefe da Divisão de Recursos Arquivísticos da ex-Secretaria-Geral do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento;

De dezembro de 1991 a outubro de 2005 trabalhou no Instituto de Investigação Científica Tropical a prestar serviço no Arquivo histórico Ultramarino. De março de 2003 a junho de 2005 foi diretor em exercício do Arquivo Histórico Ultramarino;

De maio de 1988 até dezembro de 1991 trabalhou no Instituto Português de Arquivos;

De agosto de 1986 até maio de 1988 trabalhou no Instituto Português do Património Cultural.

Outras atividades ou trabalhos:

De 2009 a 2011 foi coordenador-geral do Projeto SIAMEI — Sistema Integrado de Informação Arquivística do Ministério da Economia;

Desde 1992 é docente do Curso de Especialização em Ciências Documentais, hoje Mestrado em Ciências da Informação e Documentação, da Faculdade de Letras de Lisboa, onde ministra a disciplina Prática Profissional na área de arquivos desde 2010, tendo ministrado a disciplina de Informática para Arquivos (1992-2010) e disciplina Informática Documental III (1993-2010) na variante de Arquivo;

No triénio 1996-1998 e 2004-2006 foi vice-presidente da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas;

Tem vários trabalhos publicados, bem como participou em vários encontros, seminários e congressos nacionais e internacionais. Júri de concursos públicos para implementação de projetos de investigação arquivística e desmaterialização de suportes.

206271306

Direção Regional de Educação do Norte

Agrupamento de Escolas António Correia de Oliveira

Louvor n.º 447/2012

Em sessão do Conselho Pedagógico, realizada em 13 de julho de 2012, foi proposto e aprovado por unanimidade e aclamação um voto de louvor à Educadora Dina Mariz Silva Barros Zão que à data de 4 de julho de 2012 cessou funções como Adjunta do Diretor do Agrupamento de Escolas de António Correia de Oliveira, missão que desempenhou com a maior dedicação, empenho e competência, em abnegado exemplo de serviço público, ao longo de 12 anos.

14 de julho de 2012. — O Presidente da Comissão Administrativa Provisória, *Albino Casado Neiva*.

206268789

Escola Secundária Ferreira de Castro

Aviso n.º 10215/2012

Para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 22/05/2012, após homologação pela Diretora da Escola Secundária Ferreira de Castro, em 18/07/2012.

Assistentes Operacionais:

1.º Ana Paula Marques Fernandes de Almeida

2.º Maria de Fátima Pereira da Silva Martins

23 de julho de 2012. — A Diretora, *Ilda Maria Gomes Ferreira*.

206272019

Agrupamento de Escolas Frei João de Vila do Conde

Aviso n.º 10216/2012

Por meu despacho de 5 de junho de 2012, ao abrigo do n.º 9 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril, exonero, a seu pedido, a docente Luísa Manuela dos Santos Maia do cargo de adjunta do diretor do Agrupamento de Escolas Frei João de Vila do Conde, para que fora designada pelo Despacho n.º 16813/2009, publicado no *Diário da República* de 22 de julho. O presente despacho produz efeitos a partir de 18 de junho.

24 de julho de 2012. — O Diretor, *António Ventura dos Santos Pinto*.

206274255